

NATURAL, RACIONAL, SOCIAL: DISCUSSÃO DE UMA SOCIABILIDADE

Maria Helena Oliva Augusto*

Comentário crítico da obra de

Madel Therezinha Luz – **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

A obra que é objeto deste comentário examina a Medicina e a Sociologia como formas de manifestação da racionalidade científica moderna, seu mútuo suporte filosófico, político e conceitual, e suas repercussões na cultura e nas instituições sociais, através da discussão de certas concepções, teorias e categorias estratégicas, consideradas *biossociais*, por se referirem a ambos os domínios do conhecimento.

* Professora do Departamento de Sociologia – FFLCH-USP, Coordenadora do Núcleo Temático Saúde e Sociedade, do mesmo Departamento.

Enfatizando o caráter histórico da racionalidade científica e tentando dimensionar criticamente sua modernidade, a autora pretende explicitar alguns de seus traços “estruturais” ou “constitutivos”, perceptíveis pela análise sócio-histórica. Pretende, também, discutir (“mexer com”) alguns dos pressupostos básicos dessa racionalidade científica, em especial “sua ‘neutralidade’ em face da história, e sua ‘independência’ em face das paixões do sujeito”. Ao mesmo tempo, procura “aquela encruzilhada (...) em que verdade e paixão, razão e emoção, sentimentos e vontade, beleza e sentidos, se deram adeus” e manifesta o intuito de “ajudar a restaurar (...) essa unidade que conferirá ao homem a felicidade de ser plenamente *humano*” (p. VIII e IX).

Revelam-se, nesta declaração de intenções, inquietudes bastante atuais e, também, alguns elementos polêmicos do trabalho em foco. É importante, entretanto, antes de entrar em sua discussão, salientar os momentos mais expressivos do desenvolvimento do texto.

“O que se pretende fazer aqui é, antes de tudo, uma análise sócio-histórica da racionalidade científica moderna, de seus efeitos políticos, de sua inserção e intervenção na vida social”, através do exame de um núcleo de categorias e conceitos estratégicos – *racional, natural, social e vida, saúde e doença* – comuns a duas disciplinas do social, a medicina e a sociologia, “que emergem historicamente num mesmo campo de representações sociais e de formulações teóricas disciplinares, num período de tempo contíguo, senão contínuo” (p. 2 e p. 6).

Definida como *racionalidade inaugural*, a racionalidade científica moderna deve ser vista como o avanço histórico de uma forma específica de racionalismo, filosófico e social, que vem sendo moldada de Copérnico aos atuais tecnocratas da ciência e é contemporânea da fase avançada do Renascimento (século XVI), no qual emerge também a representação do indivíduo como força criativa independente, como sujeito de mudança, pessoal e social. Funciona, ao mesmo tempo, como estrutura de explicação e ordenação dos seres e do mundo, e como princípio moral das relações dos homens entre si e com as coisas.

Tanto quanto essa racionalidade, à qual estão referidas, as categorias em exame – ao mesmo tempo, médicas e sociológicas – são representativas de um tipo específico de sociabilidade e estão profundamente mescladas a políticas ou instituições sociais que a sustentam e singularizam, visando a normalização dos sujeitos e a constituição ou a reprodução de certas relações sociais.

A separação entre Deus, o homem e a natureza é um primeiro traço constitutivo dessa racionalidade. O objeto natureza constitui-se com o Renascimento e, cada vez com mais ênfase, adquire o caráter de alteridade, “estranheza”, exterioridade, independência e objetividade face ao homem, o que possibilita a busca sistemática e apaixonada de sua ordem verdadeira.

O sucesso dessa busca supõe a observação como prática sistemática da descoberta e da invenção, resultando o *experimentalismo* – utilitário, exploratório, interventor e desbravador – como outro dos traços constitutivos da racionalidade científica moderna. A partir de Descartes, afirma-se um dogma filosófico importante, o da *razão como produtora de conhecimentos*, isto é, como faculdade que descobre verdades perenes e como capacidade – garantida pelo método científico – que produz verdades.

A síntese epistemológica das ciências físicas – *modelo* explicativo mecanicista, *método* experimentalista e dedutivista e *linguagem* matematizante – é, assim, traço básico da racionalidade moderna. Todos os *outros sistemas de expressão de verdades* (filosofia, artes, religiões, ação política, culturas, sistemas de saber passados, inclusive as disciplinas do social) foram desqualificados epistemologicamente e tratados socialmente como formas de expressão incapazes de produzir o “verdadeiro” conhecimento (o conhecimento científico).

Nesse modelo teórico, o natural é pensado como mecanismo dotado de leis que a razão pode descobrir se aplicar ao objeto o método experimental e quantitativista e a linguagem matemática. A matéria é analisável, redutível a seus elementos simples, da mesma forma que os conhecimentos que sobre ela se produzem. À fragmentação do objeto em seus elementos constituintes, corresponde a pulverização dos discursos científicos, através da multiplicação de disciplinas, que tematizam sobre quaisquer objetos com uma possibilidade quase infinita de desdobramentos.

O mecanismo tem uma proposta: a) de linguagem (matemática, geométrica) para as disciplinas da natureza (física, astronomia, química, fisiologia, biologia), que depois se estende às disciplinas do social; b) de método (empírico, analítico-dedutivo) para o conjunto das disciplinas científicas em que se buscam as leis da natureza, as causas e as formas de movimento, e das “forças” ou “potências” que o supõem; e c) de ordenação e exploração da natureza, vista como um mecanismo, que pode e deve ser exposto pelos filósofos naturais e pelos cientistas. O método aparece como instrumento de exploração da natureza e a linguagem como expressão do método, de tal modo que há uma tendência a confundirem-se nas ciências, sobretudo as da natureza, a partir do período clássico.

Hoje, as metáforas mecanicistas não são levadas tão a sério. Entretanto, permanece dominante na maioria das disciplinas, sobretudo nos grandes ramos das ciências mais próximas da vida humana, a biologia e a medicina, a tendência a *decompor* o objeto em elementos, a *compará-los* por uma operação analítica, e a *ordená-los* numa totalidade racionalmente montada e hierarquicamente recomposta.

O movimento típico do conhecimento científico moderno é, portanto, prático, transformador, interventor, classificatório, construtor de realidades. “A razão moderna

não apenas explica a realidade: *modela-a*”; dá-lhe uma ordem específica, com características próprias, identificáveis, ordenação cujos efeitos são de natureza política e social.

A ciência tornou-se o modo socialmente dominante de produção de verdades, *teologia* de nossa época, que operou uma dissociação entre os mundos “natural”, “humano” e “sobrenatural”. Trabalha com a suposição filosófica de que as *leis da razão* são universais, aplicáveis tanto ao mundo natural quanto ao mundo humano.

A partir da segunda metade do século XIX, o modelo positivista tornou-se hegemônico nas ciências e o ideal das disciplinas do social passou a ser a “exatidão” das disciplinas da Natureza. Esse procedimento surgia como estratégia de legitimação frente à racionalidade científica moderna e derivava da crença na aplicabilidade dos métodos e leis naturais às ciências humanas, permitindo maior “controle” do seu objeto: as relações sociais, a privacidade cotidiana dos afetos humanos e seus hábitos individuais, a materialidade orgânica de seu corpo.

A aproximação do modelo das ciências físicas permitiu às ciências humanas construir sua percepção do mundo e das relações em processo a partir de dicotomias e dualidades: normalidade-patologia, equilíbrio-desvio, harmonia-perturbação, integridade-degenerescência. Nestas, o primeiro dos elementos tem sido sempre considerado sinônimo de *natural, racional, e/ou social*, e o segundo, de rompimento de uma situação “original” de *ordem*, cujo restabelecimento é buscado. Ao mesmo tempo, aquela aproximação condicionou os objetivos que as ciências humanas se propõem, de expor a determinação recôndita que possa existir em toda realidade, de *prever* os movimentos dos objetos que tematizam e, se possível, de *antecipar* tais movimentos – prevenindo-os, impedindo-os, suprimindo-os ou conduzindo-os e orientando-os, conforme o caso.

Para Madel Luz, a medicina é disciplina social *por produzir um discurso natural sobre uma realidade social*, e não porque um ramo subordinado da ciência médica – a medicina social – tematize a realidade capitalista como origem ou causa da doença. É social, portanto, por seu objeto: o corpo do homem, decomposto em elementos constituintes; o funcionamento e a desagregação desses elementos; as relações destes elementos com este corpo; as mentes humanas; os sentimentos humanos; a sexualidade humana; seu sofrimento e morte através da doença e também seu comportamento e atitudes frente a esses momentos.

Considera *sociais* todos esses aspectos do viver e do sofrer que têm sido, historicamente, objeto da medicina – *doença e morte, normalidade e patologia, equilíbrio e desvio* –, mesmo que tenham recebido ordenação teórica como categorias biológicas. Disciplina social, portanto, a medicina *institui e normaliza* estruturas e relações sociais, a partir de enunciados “naturais” típicos do seu campo de objetivações. Neste último século e meio, tem sido mais social que a própria sociologia e ambas se complementam

de forma notável: o que esta tematiza em termos macro-estruturais, aquela o faz em termos micro-estruturais, ou seja, dos indivíduos.

São examinadas no texto a circulação e a complementariedade entre os conceitos das disciplinas da vida humana (sobretudo a medicina) e das disciplinas do social (sobretudo a sociologia, a partir de Comte). O fato de as ciências naturais possuírem maior legitimidade propiciará uma direção preferencial para a migração dos conceitos – do natural para o social – movimento que, em termos teóricos, terá efeitos bastante produtivos na sociologia. Estes revelam-se sobretudo com Durkheim, o continuador da identidade normal-patológico para o funcionamento da vida social e o definidor da patologia social como desvio que confirma, ratifica e legitima a *norma*, em termos de princípios de organização e de manutenção da vida coletiva:

“(...) tanto a medicina como a sociologia, partem do patológico para o normal: a primeira, tematizando o corpo individual; a segunda, o corpo social. Ambas tendem a deduzir o estado *normal* (do indivíduo, da sociedade) em função da manifestação, maior ou menor, de *sintomas*, (...) expressão de desvios que se consideram patológicos. Estes supõem (...) um ‘estado-padrão’ normativo, uma *ordem* reguladora” (p. 111).

Outro elemento enfatizado no decorrer do texto é o de que a medicina moderna evidencia um deslocamento epistemológico e clínico: *de uma arte de curar indivíduos doentes transforma-se numa disciplina das doenças*. O alvo privilegiado da intervenção médica se torna, cada vez mais, o corpo individual, o que ajuda a constituir o indivíduo moderno, átomo de um corpo mais amplo.

Doença e indivíduo doente tornam-se estranhos nesse processo: o sujeito “paciente” converte-se em objeto da ordenação social à medida que se desvia de um quadro de normalidade reconhecido. A questão da vida é transformada em questão metafísica: a medicina, aos poucos, verá na observação dos indivíduos doentes, homens vivos, uma fonte de confusão, de des-conhecimento e excluirá, como questões positivamente tematizáveis, a vida, a saúde e a cura. “Tudo é *desvio* em potencial. Juntamente com a doença [enquanto entidade], desfaz-se definitivamente, no grande universo da racionalidade médica, o conceito de saúde” (p. 110). A saúde passará a ser vista não como afirmação da vida, mas como ausência de patologia; a “cura” será substituída pela cessação de sintomas. Da eliminação da doença do corpo dos indivíduos, nasce a saúde na medicina moderna.

A autora destaca que o processo de instauração da racionalidade científica moderna como racionalidade dominante não significou sua existência isolada. Pelo contrário, esta seria uma razão entre outras a disputarem a hegemonia durante a batalha, na qual o mundo da natureza e o mundo do homem deveriam ser conquistados. Pelo menos três “razões” estariam, então, presentes: a) a racionalidade científica; b) a moralidade racional de origem religiosa; e c) a racionalidade animista, imanentista, mística e implicitamente sensual das “ciências alquímicas” – astronomia, alquimia, magia (p. 66).

O longo processo que culminou com a identificação da racionalidade científica como razão natural e social, cuja expressão máxima se encontra no Século das Luzes, implicou deslocamentos e destruições, mais do que *evolução* ou *progresso*. A afirmação de cada um dos seus traços constitutivos – racionalismo, mecanicismo, dualismo, fragmentarismo, metodologismo, quantitativismo, materialismo, evolucionismo – supôs, portanto, o sufocamento e a negação de uma característica oposta.

A ruptura mais significativa é o estilçamento do próprio sujeito em inúmeros compartimentos. A razão converte-se em domínio da ciência; as paixões, da moral (ética) e da política; os sentimentos e os sentidos, das artes (estética). “Esta compartimentação terá o efeito de ‘negar’ socialmente o sujeito humano e de ‘neutralizá-lo’ epistemologicamente, criando condições históricas para torná-lo, como a natureza, objeto de ciência, (...) coisa passível de intervenção, de transformação, de modelação, de produção” (p. 26).

“Ruptura, descontinuidade, momento inaugural, são termos que não devem ser sinonimizados (...) com *avanço* ou *progresso*, mas associados à: *quebra, novidade, reorganização, mudança, mutação*. Também a categoria da racionalidade não deve ser identificada à idéia de ‘*compreensibilidade*’, no sentido weberiano de ‘tornar-se progressivamente racional’, ou mais *inteligível*. Haveria aí uma valoração positiva da razão científica como princípio de ordenação universal, estranha às intenções deste estudo” (p. 28).

A apreciação negativa da racionalidade moderna é, sem dúvida, elemento marcante a atravessar todo o texto. A argumentação desenvolvida é crítica em relação à forma através da qual essa racionalidade se impôs, impedindo o florescimento de outras presumivelmente mais satisfatórias, e à maneira pela qual opera, fragmentando ao analisar e disciplinando ao instituir modos de conduta e de ser qualificados como normais. É crítica também quanto à naturalização dessa racionalidade – como razão intrínseca ao homem e à sociedade – já que ela é o resultado histórico da vitória na batalha contra outras concepções. A perda real de significados e da possibilidade de apreensão holística do homem, sua vida e suas relações é, porém, do ponto de vista da autora, a dimensão mais expressiva de sua negatividade.

O momento em que essa posição fica mais claramente explicitada é aquele, no último capítulo, em que a autora se utiliza da comparação entre dois tipos de racionalidade médica – a clínica moderna e o vitalismo homeopático –, insistindo na maior adequação “humana” da segunda alternativa. Para tanto, arrola as características marcantes de ambos, admite que se opõem de maneira incontestável e tenta provar como a homeopatia aponta para a possibilidade de articulação das múltiplas dimensões humanas numa totalidade orgânica – aquela em que se reencontrariam razão, paixões, sentidos e vontade, estilçados em compartimentos pela razão científica, da qual a clínica moderna é expressão.

A primeira das distinções destacadas é a de que o vitalismo homeopático, uma das teorias vitalistas em presença no final do século XVIII e início do XIX, não se apresenta como sistema explicativo das doenças e suas causas, mas como um sistema racional e experimentalista da *arte de curar doentes*:

“O saber da clínica moderna, orientado pela morte (anatomia patológica), volta-se para a causa da doença (agente patogênico) e para sua origem espaço-temporal (localização orgânica e história sintomática), enquanto o saber da clínica homeopática volta-se para o indivíduo desequilibrado (doente) no sentido de reparar-lhe a energia da vida (curá-lo)” (p. 125).

As disparidades entre as duas medicinas estariam radicadas, ao mesmo tempo, no *método*, nas formas de *intervenção terapêutica* e na *concepção do processo saúde-doença*:

– enquanto a clínica médica utilizaria o método “dedutivo” e “lógico”, a homeopatia seria “sistematicamente experimentalista”;

– enquanto, na primeira, a intervenção terapêutica seria “empírica” e “arbitrária”, penetrando no “interior invisível” do corpo do doente à procura das causas próximas da *doença*, a segunda pretenderia ser mais prática e de maior eficácia, na medida que visa o restabelecimento do *doente*;

– enquanto naquela haveria a *separação entre o doente e a doença*, a partir da constituição de um quadro classificatório de doenças e o estabelecimento de critérios de *patologia* e *normalidade* para a clínica, esta tomaria como ponto de partida o *homem* enquanto *totalidade indissociável*, o *indivíduo doente*; e, enfim,

– enquanto a medicina oficial procuraria no doente a sua doença, considerando a ausência de sintomas sinal de *normalidade* e excluindo a *cura* e a *saúde* de seus objetivos, para a homeopatia, adoecer seria visto como processo vital do indivíduo enquanto totalidade bio-psíquica e o restabelecimento da saúde, entendida como equilíbrio da energia ou força vital, seria a finalidade da intervenção médica.

A construção do texto encaminha o leitor para a seguinte conclusão, ainda que não de forma explícita: a homeopatia institucionalizada poderia conduzir as práticas de saúde para uma direção mais correta, qual seja, a da efetiva instauração do homem enquanto unidade indivisível no centro de suas preocupações. A simpatia por ela demonstrada ao examinar a modernidade científica do procedimento homeopático permite inferir uma certa adesão afetiva da autora a esta vertente. O que pretende enfatizar, entretanto, é a luta travada entre as duas concepções no século XIX (luta ainda intensa no Brasil contemporâneo) e a estratégia de silenciamento que a medicina oficial pretende – e tem conseguido, com algum sucesso – impor à medicina homeopática:

“Trata-se de um conjunto de contra-estratégias políticas para conter o avanço da medicina homeopática. (...) a luta política contra a homeopatia não se baseava apenas nas vantagens e posições sociais que a corporação médica ligada à alopatia já tinha se-

dimentado na sociedade brasileira do século XIX. Há diferenças (algumas radicais) nos modelos de saber médico, cujo desconhecimento sistemático pela medicina oficial no terreno da prova clínica, da experimentação, transforma-se em estratégia de bloqueio e marginalização da homeopatia, ainda hoje praticada (...)" (p. 142 e 143).

O tema desenvolvido no trabalho é, como já foi dito, extremamente atual. Em várias abordagens e de múltiplas maneiras, a racionalidade dominante tem sido questionada, por fragmentar, unidimensionar e manipular os homens, despojando-os de sua condição de sujeitos; por conduzir à perda da dimensão significativa da existência, humana e social, e tornar possível a imposição de formas autoritárias de sociedade, através da afirmação de seu caráter funcional e instrumental; por impedir percepções unitárias e/ou totalizadoras da natureza, do homem, da sociedade, e de suas relações, à medida que, legitimada como razão científica, torna-se única forma "verdadeira" de conhecimento do mundo; e, enfim, por parecer levar à destruição as próprias verdades, conceitos e seres constituídos pela sociabilidade que expressa e que se apresentaram como valores a perseguir, nos últimos trezentos anos.

Além de atual, portanto, trata-se de problemática bastante instigante visto que a conversão dessa racionalidade funcional em negação da razão, pura irracionalidade, ameaça a vida no planeta, põe em jogo a própria sobrevivência da humanidade: "a máquina expeliu o maquinista; está correndo cegamente no espaço" (Horkheimer, 1976, p. 139). A procura de novas formas de ser e pensar é fundamental.

A escolha da racionalidade médica, social por seu objeto, como campo privilegiado de observação, e a comparação entre dois tipos distintos da mesma, como forma de delimitar a perspectiva na qual o trabalho discutido se insere, só faz acrescentar interesse ao tema. Enquanto a medicina oficial introduz distanciamento cada vez maior entre médicos e pacientes, fragmenta em ritmo cada vez mais intenso os corpos sob seu cuidado, eleva progressivamente os seus custos pela especialização extrema e a introdução de equipamentos sofisticados nos processos normais de atendimento, e – por tudo isso – tem sido enfaticamente questionada por não responder às necessidades de saúde da população, a homeopatia tem sido colocada entre as possibilidades alternativas de condução dos cuidados com a vida.

Não obstante, algumas observações críticas merecem ser dirigidas ao trabalho em foco. Apesar das intenções enunciadas, a autora não consegue dar conta de seu objetivo, que possui escopo muito mais abrangente do que o espaço reservado para examiná-lo. Trata-se de equacionar criticamente a racionalidade científica moderna, a medicina, a sociologia, e a sociedade que estas explicitam, num período de, pelo menos, qua-

tro séculos. Resulta daí que, mesmo tocando em aspectos muitíssimo interessantes sobre os temas em debate, cujo aprofundamento é mais que desejável, a análise não chega a responder às expectativas que desperta.

Discutir uma problemática tão ampla num texto tão reduzido implica, necessariamente, passar de forma ligeira por algumas questões importantes. Destaque-se entre elas a ligação entre a emergência da noção de indivíduo, a constituição do “paciente” enquanto expressão do desvio em relação à norma biológica, e a ordenação disciplinar da sociedade.

A forma pela qual a reflexão se exprime não é clara, ao lado de uma grande repetição de idéias e imagens. Isto faz com que o núcleo central do argumento nem sempre fique explícito, exigindo do leitor um trabalho permanente de idas e vindas no interior do texto para não se perder no emaranhado de temas e informações novas que vão emergindo (ver, por exemplo, p. 32-34).

A proposta mesma do trabalho parece, entretanto, conter ambigüidades. Indica como opção teórica a abordagem de Foucault, na qual o indivíduo é considerado representação e efeito do poder, a “humanidade” percebida como construção discursiva, e a racionalidade moderna identificada como racionalidade inaugural, signo de ruptura, destruição e disciplinamento. Ao mesmo tempo, revela a intenção nostálgica de “ajudar a restaurar” a humanidade plena, a unidade de paixão e razão, instintos e vontade, desejo e prazer, numa perspectiva holística que supõe uma interioridade do sujeito enfaticamente negada por aquela linha analítica (Foucault, 1977, 1977a, 1979).

É difícil conciliar duas posturas que partem de pressupostos epistemológicos absolutamente distintos. A possibilidade de percepção do indivíduo enquanto totalidade, capaz de uma existência autônoma como sujeito, exige um enfoque teórico diferente daquele escolhido, por implicar alteridade e subjetividade, elementos ausentes de uma visão que o supõe, porque efeito do poder, “eficiente”, “produtivo” e “docilizado” pela disciplina.

Por outro lado, não há como indicar a homeopatia enquanto o “outro” abafado pelo discurso – e pela prática – da clínica moderna e supor possível seu estabelecimento, enquanto “outro” (conservando as características que o singularizam e o diferenciam) na mesma sociedade disciplinar. Sua ação como saber médico dominante seria tão disciplinadora quanto o é, hoje, a da clínica. Quanto a isso, aliás, a própria autora é bastante clara: “A partir do triunfo desta razão [científica] no final do século XVII, nenhuma teoria ou conceito pode mais fugir dos limites da morfologia do modelo científico, sob pena de ser considerada não científica, portanto, não *verdadeira*” (p. 120).

De qualquer modo, mesmo trabalhando com as noções de resistência ou contra-poder, presentes na abordagem adotada, não se pode supor a idéia de restauração ou de retorno a uma encruzilhada primeira. Trata-se da *instituição* de uma nova racionalidade, de uma outra relação com (um)a (outra) natureza – não aquela objetificada pela razão

científica –, da *inauguração* de uma nova orientação na maneira de construir, organizar e se localizar no mundo, de um novo modo de ser individual e social.

A propósito, é possível estabelecer aproximações entre o texto em exame e outras abordagens como, por exemplo, a de Horkheimer (1966, 1976), quando desenvolve análise sobre a perda da dimensão racional na civilização moderna, ainda que se reconheça a diversidade de perspectivas. Esse autor mostra que, da forma como se efetiva atualmente, a racionalização progressiva tende a obliterar a própria substância da razão na qual se apóia. Para embasar essa conclusão, compara conceitos que exercem predomínio em distintos momentos históricos: uma concepção *objetiva* da razão, que a afirma como princípio inerente à realidade, e uma outra que a considera faculdade *subjetiva* da mente. Pela primeira, o grau de racionalidade de uma vida humana seria determinado por sua harmonização com a totalidade; pela segunda, a razão seria identificada com o funcionamento abstrato do mecanismo do pensamento, sendo apanágio exclusivo do sujeito.

Ambos os aspectos estiveram sempre presentes, ainda que o segundo tenha se tornado predominante no decurso de um longo processo. Do mesmo modo que Madel Luz afirma ser a racionalidade científica moderna forma de *ordenação* do mundo, que implica principalmente *atribuição* de ordens *de sentidos*, mais que sua *decodificação*, para Horkheimer, a crise atual resulta de que o pensamento moderno se tornou incapaz de conceber uma significação intrínseca à totalidade, ou a nega como ilusão, tornando a razão mero instrumento, incapaz de perceber a verdadeira natureza da realidade e de determinar os princípios que guiam a vida humana.

“A neutralização da razão, que a despoja de qualquer relação com o conteúdo objetivo e de seu poder de julgar este último, e que a reduz ao papel de uma agência executiva mais preocupada com o como do que com o porquê, transforma-a cada vez mais num simples mecanismo enfadonho de registrar os fatos” (Horkheimer, 1976, p. 65).

Entretanto, a transição através da qual a concepção subjetiva se afirmou sobre a objetiva não foi acidental, mas histórica; assim, ainda que se reconheça o fato de esse predomínio indicar um processo de irracionalidade crescente, pela perda de significados que supõe, não há como tentar um “retorno” ou “restauração” do passado. “(...) somos os herdeiros, para melhor ou pior, do Iluminismo e do progresso tecnológico. Opor-se aos mesmos por um regresso a estágios mais primitivos não alivia a crise permanente que deles resultou. Pelo contrário, tais expedientes nos conduzem do que é historicamente racional às formas mais horrendamente bárbaras de dominação social (...)” (Horkheimer, 1976, p. 138).

Para ele, portanto, a desejada emancipação do homem e da sociedade não se encontra no “restabelecimento” de quaisquer situações anteriores, uma vez que sua exis-

tência como realidade efetiva não foi possibilitada por nenhuma das formas de racionalidade historicamente predominantes. Afirma que não são vias separadas e independentes, ainda que sua oposição represente verdadeira antinomia, devendo ser promovida intelectualmente a crítica dos dois conceitos, para preparar sua conciliação na realidade. Entretanto, essa conciliação será possível apenas com a instauração de uma nova sociabilidade.

Finalmente, é importante identificar uma outra abordagem utilizada pela autora, ainda que não oriente seu discurso explícito. Reconhecendo um estado de profunda crise mundial, complexa e multifacetada, ameaçadora da própria permanência da vida em nosso planeta, essa perspectiva aponta para a necessidade de uma estrutura econômica e social radicalmente diferente e propõe uma nova visão da realidade – uma revolução cultural, na verdadeira acepção da palavra. Esta, “baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais”, “transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições” e é “uma concepção sistêmica da vida” (Capra, 1986, p. 259). Supõe, entretanto, uma dimensão mística e espiritualista que não se coaduna com uma análise da sociedade disciplinar. Impõe-se, portanto, a opção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix, 1986.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.

———. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1977a.

———. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro, Labor, 1976.

———. Sobre el concepto de razón. In: ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Sociológica*. Madrid, Taurus, 1966. p. 257-271.